

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO**REQUERIMENTO Nº , 2025**

Requer a inclusão de nomes abaixo para participar da audiência pública para debater medidas de combate à “adultização” de crianças e adolescentes nas redes sociais, a prevenção da exploração sexual infantil online, bem como mecanismos para aumentar a responsabilidade das plataformas digitais e dos responsáveis legais, com o objetivo de aprimorar a regulação, no requerimento Nº 53/2025 Deputado Tulio Gadelha aprovado por essa comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro, a vossa excelencia nos termos regimentais, a inclusão dos nomes abaixo no requerimento de Nº 53/2025 dep. Tulio Gadelha aprovado por essa comissão para debater sobre Inteligência Artificial, para discutir o tema dos impactos da inteligência artificial no mercado de trabalho.

Maria Mello, Coordenadora do programa Criança e Consumo do Instituto Alana.

Rafaella Vieira Lins Parca, Coordenadora de Repressão a Crimes Cibernéticos Relacionados ao Abuso Sexual Infantojuvenil da Polícia Federal (PF).

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se, pois o ambiente digital tem sido espaço de abusos à saúde psicológica e física e ameaças à vida de crianças e adolescentes, a partir de bullying, vício em telas, incentivo ao consumo de produtos danosos, incentivo ao suicídio e publicações de violência, que fazem apologia a ataques em escolas. Pesquisas mostram, por exemplo, que o maior tempo em frente às telas está associado à piora da dieta de adolescentes. De acordo com a UNICEF, 1 a cada 3 jovens no mundo já foi vítima de cyberbullying.



Além disso, redes sociais de culto a massacres escolares ficaram no topo da busca no Google (Núcleo Jornalismo, 2023).

Canais digitais destinados a produzir conteúdo de adultização de crianças, com influenciadores mirins e youtubers, têm faturado milhões de reais por ano e contam com milhões de inscritos, incorrendo em práticas de monetização ou exploração de crianças e adolescentes.

Um levantamento alarmante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) evidencia que houve um crescimento de 360% no número de postagens contendo ameaças a escolas no período de quatro anos, entre 2021 e 2025.

Delegada da Polícia Federal há 11 anos, Rafaella Parca atua com crimes relacionados ao abuso sexual desde 2018. Nesses 7 anos, ela coordenou operações de combate a esse tipo de crime. Atualmente na Coordenadoria de Repressão a Crimes Cibernéticos relacionados ao Abuso Sexual Infante Juvenil da PF, ela lidera o projeto Guardiões da Infância.

Maria Mello é especialista em matéria de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e mestre em Políticas de Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB).

Conto com o apoio dos demais pares para aprovação do presente requerimento de inclusão.

Sala das comissões em 2025.

**Deputado Federal Jilmar
Tatto PT/SP**

